



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Sul - Núcleo de Apoio Regional Pouso Alegre

Parecer nº 35/IEF/NAR POUSO ALEGRE/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0058383/2021-18

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: MELGACO GERACAO DE ENERGIA 31 LTDA.	CPF/CNPJ: 36.091.906/0002-97
Endereço: ROD MG 173, SN KM 36 FAZENDA STO ANTONIO	Bairro: ZONA RURAL
Município: PARAISOPOLIS	UF: MG
Telefone: 31 2138 4700	CEP: 37.660-000
E-mail: ANALISTA.MA3750@ERGBH.COM.BR	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: JOSÉ GERVÁSIO DA FONSECA	CPF/CNPJ: 004.015.788-10
Endereço: BAIRRO SANTO ANTONIO 99999 CS	Bairro: CENTRO
Município: PARAISOPOLIS	UF: MG
Telefone: 31 2138 4700	CEP: 37.660-000
E-mail: BRUNA.BATISTA@ORIGOENERGIA.COM.BR	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Sítio Santo Antônio	Área Total (ha): 79,9827
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 16.891, livro nº. 2, folha 01	Município/UF: Paraisópolis/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3147303-01FD.D6B.398D.401D.8414.4401.41C8.044A	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	69	un

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	69	un	23 K	419.943 E	7.507.787 S

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Infraestrutura de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica	Usina de Energia Solar Votovoltaica	10,6200

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
Mata Atlântica	Gramínea exótica (Braquiária)		10,6200

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		11,37	m³
Madeira de floresta nativa		0,27	m³

1. Histórico

Data de formalização do processo: 23/09/2021

Data da solicitação de informação complementar: 24/03/2022

Data do recebimento de informação complementar: 13/04/2022

Data da vistoria: 07/03/2022

Data de emissão do parecer técnico: 20/04/2022

Trata-se de processo para obtenção de Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental – D.A.I.A., para corte e aproveitamento de árvores isoladas nativas viva, na propriedade rural Sítio Santo Antônio, Bairro Santo Antônio, município de Paraisópolis/MG, onde foi observado em campo que no local a intervenção ambiental não foi realizada.

Em análise ao processo, protocolado sob número 2100.01.0058383/2021-18, foi constatado a ausência de estudo técnico de alternativa locacional para a implantação do empreendimento, tal inconformidade foi sanada através da solicitação de informação complementar, Ofício IEF/NAR POUSO ALEGRE nº. 23/2022 de 24 de março de 2022.

Foi apresentado pelo requerente (outorgado), em 13 de abril de 2022, a documentação solicitada, junto ao processo SEI nº. 2100.01.0058383/2021-18.

2. Objetivo

O objetivo deste parecer é analisar o Requerimento para Intervenção Ambiental com o corte e aproveitamento de sessenta e nove (69) árvores isoladas nativas vivas, em uma área de **10,62,00 ha**, a fim de implantação de infraestrutura de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica, no Sítio Santo Antônio, Bairro Santo Antônio, no município de Paraisópolis/MG, em conformidade com os padrões técnicos e legais vigentes.

3. Caracterização do imóvel/empreendimento

3.1 Imóvel rural:

Trata-se do imóvel rural denominado Sítio Santo Antônio, localizado no Bairro Santo Antônio, município de Paraisópolis/MG, com área total mensurada de 80,10,00 hectares, conforme levantamento topográfico (Responsável Técnico a Geógrafa Maria Edna Ornelas Lima, CREA-MG nº. 164512/D, ART de Obra ou Serviço nº. 1420200000005781553), acostada no processo SEI nº. 2100.01.0058383/2021-18, e registrada com 79,98,27 ha, o que corresponde a 2,66 módulos fiscais (Módulo Fiscal Municipal = 30 ha).

O imóvel encontra-se registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraisópolis/MG, sob matrícula nº. 16.891, livro nº. 2, folha 01, de propriedade do Sr. José Gervásio da Fonseca e Josélia Negrão Fonseca, conforme certidão imobiliária acostada ao processo SEI.

Conforme definição do Mapa de Aplicação da Lei número 11.428/06, elaborado pelo IBGE e informações constantes no IDE SISEMA (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), o Sítio Santo Antônio está localizado nos domínios do Bioma Mata Atlântica e a fitofisionomia predominante é Floresta Estacional Semidecidual Montana.

O uso do solo da propriedade é composto por 10,25,27 ha de vegetação nativa e 69,17,00 ha de pastagem, conforme levantamento topográfico acostado ao processo.

Possui no interior da propriedade área associada a curso d'água gerando uma APP total de 08,95,47 ha.

O município de Paraisópolis/MG, onde se localiza a propriedade cuja intervenção fora requerida, possui 16,76% de sua área total composta por Flora Nativa, segundo dados do Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Número do registro: MG-3147303-01FD.D6BC.398D.401D.8414.4401.41C8.044A

Área total: 80,1060 ha

Área de reserva legal: 10,2527 ha (12,80%)

Área de preservação permanente: 8,9547 ha

Área de uso antrópico consolidado: 5,0373 ha

Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada: 10,2527 ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

Número do documento:

O Sítio Santo Antônio possui CAR (Cadastro Ambiental Rural), número MG-3147303-01FD.D6BC.398D.401D.8414.4401.41C8.044A, com área total averbada como Reserva Legal de 10,25,27 ha, sendo declarada junto ao CAR, a qual é formada por três fragmentos recobertos por vegetação nativa arbórea (Mata). Os fragmentos não estão isolados por cerca de arame e corresponde a 12,80% da área total do imóvel em questão.

Foi observado em campo que as áreas recobertas por mata e declaradas como Reserva Legal estão em conformidade ao apresentado no Levantamento Planimétrico do empreendimento (Responsável a Geógrafa Maria Edna Ornelas Lima, CREA-MG nº. 164512/D, ART de Obra ou Serviço nº. 1420200000005781553).

A Reserva Legal em questão atende os requisitos previstos na legislação vigente (Lei Estadual nº. 20.922/2013), por representar 12,80% da área total da propriedade menor que 4 módulos fiscais, os fragmentos estão recobertos por vegetação florestal em sua totalidade e estão averbados junto ao CAR. A cobertura florestal é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária em estágio médio de regeneração natural.

Qual a modalidade da área de reserva legal:

- ☒ (X) Dentro do próprio imóvel
- ☐ () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade
- ☐ () Compensada em imóvel rural de outra titularidade

Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 3 (três) fragmentos

Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR, correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da reserva legal estão de acordo com a legislação vigente (Lei Estadual 20.922/2013), por representar 12,80% da área total da propriedade, menor que 4 módulos fiscais, sendo que os três fragmentos estão recobertos por vegetação florestal em sua totalidade. A cobertura florestal é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária em estágio médio de regeneração natural.

Constatou-se que foi computada área de preservação permanente como parte da Reserva Legal da propriedade.

Em análise ao SICAR-MG foi constatado que o proprietário do imóvel aderiu ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.

4. Intervenção ambiental requerida

É requerida autorização para Intervenção Ambiental em uma área de **10,62,00 ha** visando corte e aproveitamento de sessenta e nove (69) árvores isoladas nativas vivas, a fim de implantação de infraestrutura de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica, coordenadas geográficas (UTM) 419.943 E e 7.507.787 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), conforme demarcação em planta topográfica acostada ao processo.

Foi constatado que a área onde ocorrerá a intervenção ambiental não está localizada em área de preservação permanente (APP) da propriedade.

O rendimento lenhoso foi estimado em **11,37 m³** de lenha de floresta nativa e **0,27 m³** de madeira de floresta nativa, oriunda do corte de 69 (sessenta e nove) indivíduos arbóreos nativos isolados vivos, segundo a responsável técnico a Geógrafa Maria Edna Ornelas Lima, CREA-MG nº. 164512/D, ART de Obra ou Serviço nº. 1420200000005781553. O material lenhoso proveniente do corte será utilizado na propriedade Sítio Santo Antônio, conforme informações apresentadas.

Foram mensurados todos os 69 indivíduos arbóreos isolados nativos vivos, distribuídos em 12 espécies diferentes e nove famílias botânicas. Não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção segundo a Portaria MMA nº. 443/2014, contudo foram identificados três indivíduos de espécies imunes de corte (Ipê) segundo a Lei Estadual nº. 20.308/2012, sendo um indivíduo de *Handroanthus ochraceus* e dois indivíduos de *Handroanthus serratifolius*.

O local da intervenção não está isolado por cerca de arame e há vestígios de animais domésticos de médio e grande porte pastando na área.

Taxa de Expediente: DAE nº. 1401080120009 (R\$ 532,44) – Pagamento em 17/03/2021.

Taxa Florestal (lenha): DAE nº. 2901080120112 (R\$62,78,17) – Pagamento em 17/03/2021.

Taxa Florestal (madeira): DAE nº. 2901102586852 (R\$10,14) – Pagamento em 17/03/2021.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Segundo o IDE-SISEMA, a propriedade em questão não se localiza em Reserva da Biosfera e nem em Área Prioritária para Conservação ou Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação, ela apresenta Vulnerabilidade Natural Muito Baixa.

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não está inserida em Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversitas.

- Unidade de conservação: Não está inserida em U.C. nem em Zona de Amortecimento.
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não ocorrem.
- Reserva da Biosfera: Não está inserida em área de reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- Bioma: Mata Atlântica.
- Vegetação: Floresta Estacional Semidecidual Montana.
- Áreas Prioritárias para Conservação: Baixa.
- Áreas Prioritárias para Recuperação: Alta.
- Grau de Conservação da Vegetação Nativa: Muito Baixo.
- Qualidade Ambiental: Média.
- Qualidade da Água: Alta.
- Risco Ambiental: Média.
- Risco Potencial de Erosão: Baixa.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

O porte do empreendimento é pequeno de baixo impacto, nos termos da DN COPAM nº. 217/2017, e foi observado em campo que o mesmo se enquadra conforme resultado gerado no Sistema LAS Cadastro como não passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo estadual.

- Atividades desenvolvidas: Usina solar fotovoltaica.
- Código atividade: E-02-06-2.
- Atividades licenciadas: Não informado.
- Classe do empreendimento: 1 (um).
- Critério locacional: 0 (zero).
- Modalidade de licenciamento: Não passível.
- Número do documento: 001642.

4.3 Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria técnica, na data de 07/03/2022, a fim de atestar os dados de uso e ocupação do solo além da natureza das intervenções ambientais pretendidas. Foi encontrado o responsável (proprietário) no local, durante a vistoria.

Foi constatado que a área de preservação permanente (APP) da propriedade está recoberta por vegetação exótica rasteira (Braquiária), cobertura vegetal nativa (Mata) e árvores isoladas nativas vivas, não está isolada por cerca de arame e há vestígios de animais domésticos de médio e grande porte pastando no local.

Foi verificado que a área solicitada para a intervenção ambiental se encontra coberta por gramínea exótica (Braquiária) e que as espécies arbóreas isoladas nativas vivas estão localizadas fora da APP da propriedade Sítio Santo Antônio.

Foi constatado a presença de três indivíduos de espécies imunes de corte (Ipê) segundo a Lei Estadual nº. 20.308/2012, sendo um indivíduo de *Handroanthus ochraceus* e dois indivíduos de *Handroanthus serratifolius*, entre as espécies passíveis de corte.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: a propriedade apresenta relevo ondulado;
- Solo: a propriedade apresenta solos dos tipos Latossolo Vermelho Amarelo;
- Hidrografia: A propriedade conta com um recurso hídrico, um curso d'água que faz divisa com terceiros, o qual gera uma área de 08,95,47 ha considera como APP. O índice de pluviosidade anual na área de influência da sub-bacia do córrego S/D, situa-se em 1.562 mm e na região predomina clima tropical subquente e semiúmido, segundo Köppen e Geiger. A propriedade encontra-se geograficamente inserida na bacia hidrográfica do Rio Grande e Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH – GD5 – Rio Sapucaí.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A propriedade está localizada no Bioma Mata Atlântica e apresenta vegetação nativa de porte arbóreo, classificada, segundo o IDE SISEMA, como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária inicial, além de árvores nativas distribuídas de forma esparsa pela área.

- Fauna: Conforme Plano Simplificado de Utilização Pretendida (PUP), acostado ao processo, na propriedade ocorrem elementos da fauna representados pelas aves, roedores, lagartos e serpentes. O autor não caracterizou eventuais espécies da fauna ocorrentes na propriedade ou na área requerida para intervenção. Durante a vistoria foi observado que ocorrem elementos da fauna representados por pequenos roedores e anfíbios, como ratos do brejo e rãs, além de aves como paturis do brejo, maritaca e garças, contudo não fora verificada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção ou endêmicas.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Segundo informações do requerente não há alternativa técnica locacional para a implantação do empreendimento, Usina de Energia Solar Fotovoltaica pertencente ao sistema da empresa CEMIG Distribuição S.A., considerando o ponto de conexão da rede de distribuição que não pode ser alterado, foram estudadas algumas possibilidades de layout para o empreendimento, a alternativa locacional escolhida é a que possibilita maior produtividade da fazenda solar, devido à maior incidência solar e melhor topografia, bem como causa menor impacto ambiental, sendo necessário apenas o corte de árvores isoladas fora de APP.

Diante do exposto e observado em loco, não há outra alternativa técnica locacional para a implantação de infraestrutura de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica na propriedade Sítio Santo Antônio, município de Paraisópolis/MG.

5. Análise técnica

Em análise técnica à requisição de autorização para o corte ou aproveitamento de 69 árvores isoladas nativas vivas em 10,62,00 ha, junto aos autos do processo, foram verificados a localização da área de reserva legal, da área de preservação permanente, planta topográfica e PUP, usando como suporte as plataformas: SICAR-MG, IDE/SISEMA, Google Earth Pro entre outras.

Em análise ao PUP constatou-se que as informações ali constantes correspondem à realidade de campo.

A planta topográfica representa a realidade atual do empreendimento, tendo sido elaborada no DATUM SIRGAS 2000 e as coordenadas geográficas ali indicadas, foram conferidas em campo, sendo consideradas satisfatórias.

Em áreas com intervenções ambientais o PUP é um estudo técnico essencial para o correto e adequado embasamento das decisões do órgão ambiental IEF/SISEMA.

Em análise ao PUP apresentado nos autos, nota-se diversas informações técnicas que validam a viabilidade ambiental ao deferimento da intervenção ora pretendida, como caracterização do local, ausência de alternativa técnica e locacional, medida compensatória, as quais estão em consonância à Legislação vigente:

- Lei n.º 12.651, de 25/05/2012, que institui o Novo Código Florestal Nacional e dispõe sobre as intervenções de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção com ou sem supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente;
- Lei Florestal Estadual n.º 20.922 de 16/10/2013, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no estado de Minas Gerais;
- Decreto 47.749, de 11/11/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- Resolução Conjunta SEMAD/IEF n.º 3.022, de 19/11/2020, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- Resolução CONAMA n.º 392 de 25/07/2007, que trata da definição de vegetação primária e secundária de regeneração do Bioma Mata Atlântica;
- Lei n.º 20.308, de 27/07/2012, que altera a Lei n.º 10.883, de 2 de outubro de 1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*), e a Lei n.º 9.743, de 15 de dezembro de 1988, que declara de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte o ipê-amarelo (*Handroanthus sp*).

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os principais impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção ambiental abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente por apresentarem efeitos diretos sobre habitats e organismos.

- Diminuição da diversidade florística, devido à retirada da árvore e perda de árvores porta-sementes.

Medida(s) Mitigadora(s): Realizar a colheita de sementes da árvore que se encontra em época de frutificação a ser suprimida e encaminhar para viveiros especializados em mudas de espécies nativas; - Delimitação da área de trabalho para que a supressão seja somente no local delimitado, assim não intervindo em outro local desnecessariamente.

- Destruição de ninhos e/ou abrigos de fauna.

Medida(s) Mitigadora(s): Somente realizar o corte do indivíduo após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie; - Antes de iniciar trabalho de supressão deverá ser realizada vistoria no local a fim de verificar a existência de ninhos ou tocas, bem como proceder a prévio afugentamento da fauna no local de supressão vegetal.

- Contaminação do solo produzido pela má condução do equipamento de corte, derramamento de óleos e e graxas oriundos do maquinário e descarte incorreto de lixo.

Medida(s) Mitigadora(s): Utilizar condutores bem treinados, realizar a manutenção e calibragem do maquinário, coleta e disposição do lixo produzido; - Utilização de equipamentos regulados para que não ocorra vazamentos de óleo no local, além de poluição atmosférica entre outros.

- Erosão do solo devido a retirada da cobertura vegetal.

Medida(s) Mitigadora(s): - Realizar a intervenção em época de estiagem e implantação de bacias de acumulação e retenção de águas pluviais e partículas sólidas de solo que são carregadas pelas águas pluviais; - Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo, tais como: cordões de contorno, terraceamento, plantio de grama, de forma a minimizar o assoreamento dos recursos hídricos.

- Poluição Sonora produzida pelo motor do maquinário.

Medida(s) Mitigadora(s): - Execução dos trabalhos no período diurno evitando que o ruído dos equipamentos prejudique o repouso de animais existentes no local.

6. Controle processual

Não se aplica.

7. Conclusão

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de intervenção ambiental, sendo intervenção com o corte ou aproveitamento de **69** (sessenta e nove) árvores isoladas nativas vivas, em uma área de **10,62,00 ha**, coordenadas geográficas (UTM) 419.943 E / 7.507.787 S, no Sítio Santo Antônio, Bairro Santo Antônio, Município de Paraisópolis/MG, com rendimento lenhoso de **11,37 m³** de lenha de floresta nativa e **0,27 m³** de madeira de floresta nativa, a serem utilizados na propriedade, visando a implantação de infraestrutura de geração de energia solar fotovoltaica, pela empresa Melgaço Geração de Energia 31 Ltda., por não contrariar a legislação vigente e que foram citadas anteriormente.

8. Medidas compensatórias

Foi apresentado como medida compensatória pelo corte de três indivíduos de espécies imunes de corte (Ipê) segundo a Lei Estadual nº. 20.308/2012, sendo um indivíduo de *Handroanthus ochraceus* e dois indivíduos de *Handroanthus serratifolius*, o recolhimento de compensação pecuniária prevista no § 2º, art 2º, inciso I, da Lei Estadual nº. 20.308/2012, através do DAE nº. 1501113098714.

Taxa de Compensação Pecuniária (Ipê): DAE nº. 1501113098714 (R\$ 1.183,20) – Pagamento em 17/09/2021.

Somos de parecer favorável à medida compensatória apresentada pela intervenção ambiental, por estar em conformidade com a Legislação (Decreto nº. 47.749/2019).

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. Reposição Florestal

Taxa de Reposição Florestal (lenha): DAE nº. 1501102609500 (R\$ 263,31) – Pagamento em 23/07/2021.

Taxa de Reposição Florestal (madeira): DAE nº. 1501102609194 (R\$6,51) – Pagamento em 23/07/2021.

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Realizar as obras em época de estiagem, a fim de reduzir o risco de carreamento de partículas sólidas para os cursos d'água causando assoreamento.	Durante a implantação do empreendimento.
2	Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo, tais como: cordões de contorno, terraceamento, plantio de grama, de forma a minimizar o assoreamento dos recursos hídricos.	Durante a implantação do empreendimento.
4	Destinação adequada aos rejeitos produzidos na área, evitando que os mesmos venham a permanecer dispersos pelo empreendimento.	Durante a implantação do empreendimento.
5	Reabilitação total da área do empreendimento após término das atividades e recomposição paisagística.	Após término das atividades.

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Luís Fernando Rocha Borges

MA SP: 1.147.282-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Rocha Borges, Servidor Público**, em 20/04/2022, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45335105** e o código CRC **D9C42929**.